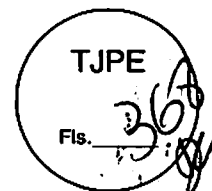




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL 146686-8 - 33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: V.M COMBUSTÍVEIS LTDA.
APELADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DA MONITÓRIA. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. APLICAÇÃO DO CDC. CABIMENTO. CLÁUSULA DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. ABUSIVIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, MULTA MORATÓRIA E GANHOS DISFARÇADOS AUFERIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. NÃO COMPROVAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO NO PERCENTUAL DE 12% A.A. INAPLICABILIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PACTUAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS. LEGALIDADE. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

- Preliminar de não observância dos requisitos para o ajuizamento da ação monitória rejeitada, considerando que o Apelado trouxe aos autos os extratos bancários de todo o período de vigência do negócio em análise (08.2001 a 08.2005), não havendo falar em desconhecimento, pela ora Apelante, do débito exigido.

- Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada, pois cabe ao juiz, destinatário final da prova, avaliar a efetiva conveniência e necessidade daquela, advindo daí a possibilidade de seu indeferimento ou não determinação, como na hipótese em apreço, na qual o julgador originário não vislumbrou necessidade da realização de perícia contábil. Inteligência do art. 130 c/c o art. 131, ambos do CPC.

- Aplicação do CDC à hipótese em apreço, uma vez não demonstrado que o montante disponibilizado à Apelante no sobredito contrato de abertura de crédito (R\$ 20.000,00) fora utilizado para incremento da atividade produtiva da empresa.

- A cláusula que autoriza o cancelamento do contrato de abertura de crédito independente de notificação do correntista afigura-se abusiva, observados o direito à informação e a boa-fé contratual. Inteligência do art. 6º, III e 51, XI do CDC c/c o art. 422 do CC. Precedentes do STJ.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

- Em relação aos argumentos da Apelante acerca do não cabimento da cobrança de comissão de permanência, bem como da multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), não há nos autos prova da exigência de tais encargos; Da mesma forma, no tocante a supostos ganhos simulados auferidos pela instituição financeira, a Apelante teceu apenas alegações genéricas, não trazendo aos autos dados efetivos neste sentido. Inteligência do art. 333, II do CPC.
- Nos termos das súmulas 596 e 648, do C. STF, c/c a Súmula Vinculante nº 07, a estipulação de juros remuneratórios em percentual superior a 12% a.a (doze por cento ao ano), pelas instituições financeiras, não se consubstancia como cobrança abusiva, só sendo admitida a revisão de tais taxas uma vez demonstrada a exorbitância das mesmas, não sendo esta a hipótese dos autos.
- Embora seja permitida a capitalização de juros em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963/2000, tal encargo deve estar expressamente pactuado no contrato, o que não ocorreu no caso sob exame, afastando-se, portanto, sua incidência.
- Não há mácula nos juros moratórios cobrados pelo Apelado (1% a.m), considerando que tal percentual encontra-se previsto no contrato ora impugnado.
- Provimento parcial da apelação, para declarar nula a cláusula 09 do contrato de abertura de crédito em análise, bem como afastar a incidência de capitalização de juros no débito ora exigido, mantendo a sentença em todos os seus demais termos.

ACÓRDÃO

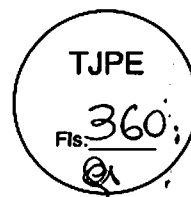
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **REJEITAR AS PRELIMINARES DE INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PARA AJUIZAMENTO DA MONITÓRIA E DE CERCEAMENTO DE DEFESA E, NO MÉRITO, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões, em

160813
[Assinatura]
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 146686-8 - 33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: V.M. COMBUSTÍVEIS LTDA.
APELADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 280/283), a qual julgou o pleito procedente, condenando a ora Apelante "ao adimplemento da quantia atualizada até 12/12/2005, correspondente a R\$ 24.853,65 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), bem como ao pagamento das custas processuais e honorários fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação".

A presente demanda reporta-se à Ação Monitória, na qual o ora Apelado visa ao pagamento da quantia de R\$ 24.853,65 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos - planilha de cálculo às fls. 21/22), relativa ao contrato de abertura de crédito firmado com a ora Apelante em 13.08.2001, no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), figurando como avalista do sobredito negócio o Sr. Alfredo Pinheiro Ramos.

Inicialmente, o presente feito fora julgado procedente (fls. 227/229), diante da suposta revelia da Apelante quando do oferecimento extemporâneo dos correspondentes embargos monitórios (fls. 156/204); Entretanto, interposta apelação pela V.M. Combustíveis (fls. 237/242), deu-se provimento a tal recurso, conforme Decisão Terminativa (fls. 270/271) da lavra do Des. Eduardo Sertório, reconhecendo-se a tempestividade da aludida impugnação, com a consequente determinação do trâmite regular da demanda.

1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Encaminhados os autos à 1ª instância para análise meritória do feito, o Juízo singular proferiu nova sentença (fls. 280/283), estabelecendo, em síntese, a i) desnecessidade de realização de perícia, tratando-se de matéria unicamente de direito, nos termos do art. 330, I do CPC; ii) suficiência dos documentos apresentados pelo Apelado para fins de ajuizamento da ação monitória, restando inaplicável ao caso sob exame os ditames do CDC; iii) legalidade da cláusula que permite a rescisão unilateral do contrato com o vencimento antecipado da dívida; iv) possibilidade de estipulação de juros em índice superior a 12% a.a (doze por cento ao ano); v) inexistência de cobrança da comissão de permanência na hipótese em apreço; vi) legalidade das tarifas bancárias exigidas; vii) impossibilidade de conhecimento dos pedidos genéricos formulados pela Apelante; viii) ausência de prática abusiva no tocante ao índice de correção monetária aplicado e ix) legalidade da cobrança capitalizada de juros.

Em suas razões recursais (fls. 286/346), a Apelante suscita, preliminarmente, o i) não preenchimento dos requisitos para o ajuizamento da ação monitória, diante da ausência de juntada de cópia da integralidade dos extratos bancários referentes à dívida ora exigida, inviabilizando o conhecimento do suposto débito e ii) cerceamento de defesa, em virtude da não realização de perícia contábil para apuração dos valores efetivamente devidos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 361

No mérito, pugna pela *i)* aplicabilidade do CDC à hipótese em apreço; *ii)* ilegalidade da cláusula nona¹ do contrato de abertura de crédito em análise (fls. 19), a qual autoriza a rescisão unilateral do negócio, observado o desequilíbrio contratual proveniente de tal medida; *iii)* não cabimento da cobrança de comissão de permanência; *iv)* impossibilidade de cobrança de juros remuneratórios em taxa superior a 12% (doze por cento) ao ano; *v)* não cabimento da capitalização de juros; *vi)* não incidência de multas e encargos de mora, considerando que a Apelante não deu causa à situação de inadimplência; *vii)* limitação da multa ao percentual de 10% (dez por cento) e *viii)* ocorrência de aumento disfarçado de ganhos pelo Apelado.

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão de decurso de prazo (fls. 352).

É o relatório.

À Revisão.

Recife,

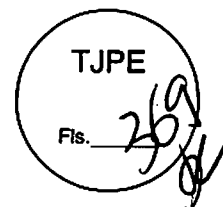
anon 3
[Assinatura]
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

¹ Cláusula Nona. Além das hipóteses de lei e das demais previstas contratualmente, é facultado ao BANCO considerar rescindido o contrato antecipadamente, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação prévia, se o(s) CREDITADOS(S) ou avalista(s) devedor(es) solidário(s) infringirem qualquer cláusula do contrato, impetrarem concordata ou tiverem sua falência requerida/decretada, sofrerem protesto de título e/ou pedido de insolvência.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Sabino de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 146686-8 - 33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: V.M COMBUSTÍVEIS LTDA.
APELADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A

V O T O

**PRELIMINAR DE NÃO OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PARA O
AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA**

Através da presente preambular, a Apelante suscita que o Apelado não cumpriu os requisitos para o ajuizamento da ação monitória, considerando que este deixou de juntar cópia de todos os extratos bancários referentes ao período de vigência do contrato de abertura de crédito em análise, inviabilizando o conhecimento da evolução do suposto débito exigido.

Entretanto, da análise circunstanciada dos autos, constato que o Apelado trouxe aos autos cópia dos extratos bancários de todo o período de vigência do negócio em análise (08.2001 a 08.2005 - fls. 25/136), restando manifesta a insubsistência da preliminar em análise.

Isto posto, **REJEITO A PRELIMINAR DE NÃO OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DA AÇÃO MONITÓRIA.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA

Alega a Apelante a ocorrência de cerceamento de defesa, diante da não produção de prova pericial a fim de se apurar os valores efetivamente devidos na presente demanda.

Entretanto, tal argumento não merece prosperar, pois, nos termos do art. 131 do CPC¹, o juiz é o destinatário final da prova, a quem incumbe avaliar quanto a sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento, ou não determinação, de diligências inúteis ou meramente protelatórias, conforme dispõe o art. 130 do CPC².

Sobre o tema, observe-se a jurisprudência do C. STJ, verbis:

.....

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. DANOS MORAIS. ERRO NA VALORAÇÃO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 71STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, conforme ocorreu no acórdão em exame, não se podendo cogitar de sua nulidade.

2. Não há cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova. Cabe ao juiz decidir sobre os elementos necessários à formação de seu entendimento.

(...)

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 14.831/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 20/08/2012) (g.n)

.....

¹ Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.

² Art. 130. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Ora, na hipótese em apreço, não vislumbro a necessidade de produção de prova pericial para fins de cálculo dos valores efetivamente devidos pela Apelante no indigitado contrato de abertura de crédito, podendo tal providência ser postergada para a fase de liquidação de sentença, nos termos do art. 475-I do CPC³.

Diante do exposto, **REJEITO A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA.**

É como voto.

Recife,

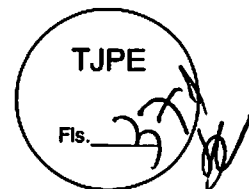
26/03/13
[Assinatura]
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

³ Art. 475-I. O cumprimento da sentença far-se-á conforme os arts. 461 e 461-A desta Lei ou, tratando-se de obrigação por quantia certa, por execução, nos termos dos demais artigos deste Capítulo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Sabino de Mes. Cândido J. F. Távora de Moraes



MÉRITO

Inicialmente, no tocante à aplicação do CDC ao caso sob exame, observo não haver nos autos prova de que o montante disponibilizado à Apelante no aludido contrato de abertura de crédito (R\$ 20.000,00) fora utilizado para incremento da atividade produtiva da empresa, tratando-se de manifesta prestação de serviço, inexistindo óbice, portanto, para a incidência das normas consumeristas na hipótese em apreço, nos termos da Súmula 297/STJ⁴.

Estabelecida tal premissa, passo à análise da abusividade da cláusula 09 do sobredito negócio, a qual autoriza a rescisão antecipada do contrato, pela instituição financeira, na hipótese de infringência de quaisquer cláusulas do aludido pacto pela ora Apelante.

Com efeito, tratando-se de relação de consumo, em contrato de natureza adesiva, mesmo que caracterizada a inadimplência do correntista, afigura-se abusiva a rescisão do contrato, e a conseqüente extinção do crédito concedido, sem a prévia notificação da ora Apelante, em observância ao direito de informação e a boa-fé contratual, nos termos dos arts. 6º, III e 51, XI do CDC c/c o art. 422 do CC⁵.

Em tom uníssono, é o posicionamento do C. STJ, *verbis*:

.....

Civil. Recurso Especial. Contrato de Abertura de Crédito. Dano moral. Devolução indevida de cheque e inscrição em cadastro de inadimplentes. Cancelamento do limite de crédito sem prévia comunicação ao correntista devido à inadimplência em contrato diverso.

⁴ Súmula 297. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

⁵ Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

III- a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

XI- autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Távora de Moraes

TJPE

Fls. _____

- *É abusivo o cancelamento do limite de crédito em conta-corrente (cheque especial), em contrato ainda vigente, devido à inadimplência do correntista em contrato diverso.*
- *O correntista deve ser previamente informado da extinção do limite de crédito em conta corrente.* (REsp 412.651/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2002, DJ 09/09/2002, p. 226)

.....

RESPONSABILIDADE CIVIL. Banco. Devolução indevida de cheque. Dano moral.

- *O banco que recusa o pagamento de cheque sob a indevida alegação de falta de fundos está obrigado a reparar o dano moral sofrido pelo correntista. A existência do dano decorre de juízo da experiência, fundado no que normalmente ocorre em tais situações.*
- *A alegação de que cláusula contratual autorizava o cancelamento do cheque especial independentemente de aviso ficou superada com a verificação do fato de que não houve tal rescisão. De qualquer forma, tem o correntista o direito de ser informado da extinção do contrato de cheque especial, diante da gravidade dos efeitos que decorrem da emissão de novos cheques pelo cliente, que confiava na continuidade do contrato. (...)*

Recurso não conhecido. (REsp 302653/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2001, DJ 29/10/2001, p. 210) (g.n)

.....

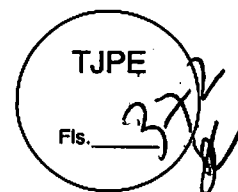
Em assim sendo, é nula a cláusula que autoriza a rescisão unilateral do contrato pelo ora Apelado, sem a devida comunicação do correntista acerca de tal intuito; ressalte-se, entretanto, que a referida abusividade não afasta a inadimplência da ora Apelante, a qual utilizou integralmente do crédito a ela disponibilizado sem a correspondente quitação da quantia usufruída.

Seguindo o raciocínio, passo a analisar os argumentos da Apelante referentes ao i) não cabimento da cobrança de comissão de permanência; ii) limitação da multa moratória ao percentual de 10% (dez por cento) e iii) ocorrência de aumento disfarçado de ganhos pela instituição financeira.

Ora, da análise circunstanciada dos extratos bancários juntados aos autos (fls. 25/136), bem como da planilha de cálculo do débito ora exigido (fls. 21/23), constato inexistir cobrança de comissão de permanência, bem como de multa moratória no caso sob exame, restando manifesta a insubsistência de tais alegações.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Da mesma forma, no que concerne aos supostos ganhos simulados auferidos pela instituição financeira, a Apelante limitou-se a tecer alegações genéricas, sem apresentar quaisquer provas das razões por ela expostas, tratando-se de ônus desta demonstrar os fatos extintivos ou modificativos do direito do autor, nos termos do art. 333, II do CPC⁶.

No que concerne à inaplicabilidade de juros remuneratórios em percentual superior a 12% a.a (doze por cento ao ano), também não assiste razão à Apelante.

Isto porque, o art. 192, §3º da CF⁷, o qual vedava a estipulação de juros remuneratórios em percentual superior a 12% a.a (doze por cento ao ano), antes do advento da Emenda Constitucional 40/03, configurava-se norma de eficácia limitada. Logo, tinha sua aplicação subordinada à edição de lei complementar, como consolidado na Súmula 648 do Excelso Pretório, verbis:

.....

Súmula 648. A norma do §3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

.....

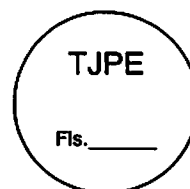
Desta forma, não há qualquer mácula na sentença guerreada no tocante à legalidade da aplicação de taxa de juros remuneratórios em percentual superior a 12% a.a (doze por cento ao ano), ressalvando-se que a Lei de Usura (Decreto 22.626/1933) não se aplica às operações realizadas pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como é o caso do banco Apelado, a teor da Súmula 596 do E. STF, *litteris*:

⁶ Art. 333. O ônus da prova incumbe: II- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

⁷ Art. 192. (...) §3º. As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Faria de Moraes



.....
Súmula 596. As disposições do Decreto nº 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.

.....
Encerrando-se definitivamente a discussão, o C. STF, no uso das atribuições conferidas pelo art. 103-A da CF, aprovou a Súmula Vinculante nº 07, a qual possui igual teor da supratranscrita Súmula 648 da referida Corte, reiterando que o §3º, do art. 192 da CF tinha sua eficácia condicionada à edição de lei complementar, não sendo possível a este Juízo divergir sobre o referido tema.

Portanto, afigura-se legítima a previsão de juros compensatórios em percentual superior a 12% a.a (doze por cento ao ano), exigindo-se apenas o cotejo com a taxa média de mercado, inexistindo nos autos prova efetiva acerca da referida superioridade, sendo ônus da ora Apelante demonstrar tal situação, nos termos do art. 333, II do CPC⁸.

Sobre o tema, colha-se a jurisprudência do C. STJ, *verbis*:

.....
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITADOS À TAXA DE 12% A.A. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO POSTERIOR À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.963-17/2000, REEDITADA SOB O Nº 2.170-36/2001. CAPITALIZAÇÃO PACTUADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. PERMITIDA A COBRANÇA DESDE QUE NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES.

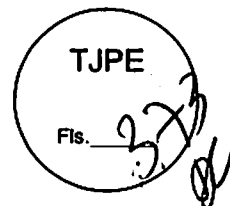
1. Conforme jurisprudência pacífica do STJ, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica cobrança abusiva; são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591, c/c o art. 406 do CC/2002; é admitida a

⁸ Art. 333. O ônus da prova incumbe:

II- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a cobrança abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto.

2. A jurisprudência desta eg. Corte pacificou-se no sentido de que a cobrança de capitalização mensal de juros é admitida nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada.

3. A eg. Segunda Seção pacificou a orientação no sentido de permitir a cobrança da comissão de permanência, no período de inadimplemento contratual, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1027526/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, julgado em 02/08/2012, DJe 28/08/2012) (g.n)

.....
Noutro giro, no pertinente à capitalização mensal dos juros remuneratórios, tal prática é admitida nos contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, de conformidade com a Medida Provisória 1963-17/2000, atualmente reeditada sob o número 2170-36/2001, em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional 32º, de 11.09.2001, **desde que expressamente pactuada**, estando ciente o consumidor acerca da superioridade do juro anual em relação ao duodécuplo do quantitativo mensal, nos termos da jurisprudência do C. STJ, verbis:

.....
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. CAPÍTULOS AUTÔNOMOS. IMPUGNAÇÃO PARCIAL. CABIMENTO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 182/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. CABIMENTO. CONTRATO POSTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963-17/2000. (...)

2. "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada" (REsp n.º 973.827, submetido ao art. 543-C do CPC).

⁹ Art. 2º. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que a medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Liraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES, PARA DAR PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL. (EDcl no AgRg no REsp 807.899/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 04/12/2012) (g.n)

.....

CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EFEITO INFRINGENTE. ACOLHIMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. SÚMULA 382 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AFASTAMENTO EM FACE DA COBRANÇA DE DEMAIS ENCARGOS DA MORA.

1. Constatada omissão no acórdão recorrido e afastada a incidência da Súmula 182 do STJ, acolhem-se os embargos de declaração com efeito infringente para reformar o acórdão e conhecer do agravo de instrumento.

(...)

3. A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.3.2000, e desde que devidamente pactuada.

4. Nos termos das Súmulas 30, 294 e 296 do STJ, a comissão de permanência é inacumulável com os demais encargos da mora.

5. Embargos de declaração acolhidos, com efeito infringente, para reformar o acórdão recorrido, conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial. (EDcl no AgRg no Ag 704.724/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/12/2012) (g.n)

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

1.- É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada. (REsp nº 973.827, RS, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Relatora p/acórdão a Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 27.06.2012, retificada a proclamação do resultado em 08.08.2012).

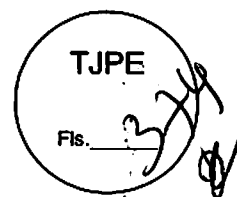
2.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1090448/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 09/11/2012) (g.n)

.....

No caso sob exame, o contrato fora firmado em 13.08.2001 (fls. 19), ou seja, posteriormente à edição da MP 1963-17/2000 (31.03.2000), o que em tese autorizaria a aplicação dos juros remuneratórios capitalizados no sobredito negócio.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Contudo, não há no indigitado contrato qualquer previsão acerca da aplicação da malsinada capitalização, constando apenas na cláusula 2.5¹⁰ que incidirá no negócio a taxa de juros nos percentuais e condições indicados no "Quadro I", anexo este sequer juntado ao feito pelo ora Apelado, restando impossível, portanto, a incidência da supracitada metodologia de cálculo.

Por fim, no tocante aos juros moratórios aplicados, analisando a planilha de cálculo juntada ao feito (fls. 21/23), observo que o Apelado utilizou o índice expressamente disposto no contrato em análise, qual seja, 1% a.m (um por cento ao mês), conforme cláusula 11¹¹ do aludido negócio, inexistindo mácula na sobredita exigência.

Diante de todo o exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao apelo, para declarar nula a cláusula 09 do contrato de abertura de crédito em análise, bem como afastar a incidência da capitalização de juros no débito ora exigido (R\$ 24.853,65), mantendo a sentença em todos os seus demais termos.

É como voto.

Recife,

160813

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹⁰ Cláusula 2.5. Sobre o saldo devedor diário que a conta de depósitos apresentar incidirá a taxa de juros indicada no Quadro I – Dados do Contrato, cujos encargos serão cobrados de acordo com as opções também estipuladas no Quadro I e calculados considerando-se os dias úteis decorridos no período de utilização dos recursos e/ou no vencimento, bem como na prorrogação ou liquidação do contrato.

¹¹ Cláusula 11. Caso o BANCO tenha que recorrer a meios judiciais ou extrajudiciais para cobrança ou liquidação de seu crédito, o(s) CREDITADOS(s) e avalista(s) devedore(s) solidário(s) pagarão mais 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida, a título de multa irredutível, mais o equivalente a juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

264
RV

APELAÇÃO CÍVEL Nº0146686-8- RECIFE/PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 16 de janeiro 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor